

REFLEXÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES¹

Escola Lacaniana de Psicanálise – RJ

INTRODUÇÃO

No século XX, em *História da loucura*, Michel Foucault (1978) faz referência à “nau dos insensatos” a ela associando o que Erasmo de Rotterdam havia indicado como a presença viva do mal entre os homens.

É a partir desse olhar crítico sobre a intolerância do homem com o homem, sua concepção sobre o normal e o patológico a partir de seus pré-conceitos, que podemos encontrar em *A história da loucura*, de Michel Foucault (1978), uma primeira indicação importante para o que nos leva a nomear como “desenraizamento forçado” a busca por diferentes tipos de liberdade.

Uma das consequências mais trágicas dessas rupturas é o apagamento da língua materna e das tradições nas gerações futuras. Cabe, então, perguntar o que acontece com a subjetividade de quem rompeu laços profundos com o Pai/Pátria, tanto por escolha quanto por imposição.

A Psicanálise se apropria do termo “língua materna” subvertendo o que se costuma entender por esta expressão. Mas “língua materna” é a língua de exílio de todo sujeito; esteja ele em seu território natal ou em outras “bordas”.

O que foi interdito na fala cai sob a ação do recalque (esquecimento) e ao mesmo tempo o que aparece nos tropeços da fala são formações inconscientes, retornando “em memória” do que não se pode lembrar. No entanto, o que não se lembra pode ser escutado

1 Colóquio da CEG, Nova Iorque, 25-26/06/2021.

no jogo dos significantes, na entonação e musicalidade da língua materna, na língua do exílio.

Ao falar uma língua estrangeira, apagam-se os significantes inconscientes que exprimiriam o desejo de origem. Talvez por isso, e na tentativa de manter o laço com a língua materna, é frequente aprender um novo idioma conservando a musicalidade da língua original, o que sempre confere estranheza a quem é nativo ao escutar um imigrante se expressar no idioma que adotou.

A vocação do sujeito é ser migrante, isto é, estar sempre em movimento de um lugar a outro.

MIGRAÇÕES NO BRASIL

Particularmente na história das migrações no Brasil, é preciso levar em conta, além das imigrações europeias e asiáticas demandadas pelo Estado Brasileiro, aquelas forçadas desde o período do Descobrimento até a atualidade, passando pelos três séculos de regime baseado na escravidão de grandes contingentes de indígenas e africanos.

Quais as consequências subjetivas no defrontamento com uma nova onda imigratória e emigratória em nosso território? Quais as consequências imediatas da não transmissão da língua e da cultura de origem para os que migram?

A força de trabalho não documentada e não remunerada foi a base do crescimento econômico do Brasil, e o peso da desigualdade provocada por essa prática é ainda vivo na memória do povo.

O final do século XIX talvez seja o momento histórico da imigração mais esclarecedor para o entendimento de que trabalho e imigração são e sempre foram interdependentes.

Para muitos, os “braços civilizatórios” no Brasil e demais países das Américas excluíam os *coolies* e privilegiavam o imigrante europeu branco, o que sublinhava a não inclusão do enorme contingente de negros e mestiços como “trabalhadores livres”.

Coolie é um termo usado historicamente para designar trabalhadores braçais oriundos da Ásia, especialmente da China e da Índia, durante o século XIX e início do século XX.

Atualmente, nos países de língua inglesa, o termo é considerado um apelido pejorativo e racista para designar pessoas de ascendência asiática.

No Brasil, para “desafricanizar a nação” e “aperfeiçoar a agricultura” era necessário outro tipo de trabalhador, mais preparado para as exigências de uma sociedade que pretendia ter ares europeus. Tal preconceito em relação à população africana não fazia mais do que repetir o que havia acontecido à população indígena, desde o tempo do descobrimento e, o traço mais trágico para esses dois importantes componentes de nosso povo foi a perda de suas línguas de origem.

É verdade que permanecem vivas algumas poucas línguas africanas aqui, e em territórios de nossa Amazônia sobrevivem mais de cem outras, indígenas, cujos usuários resistem e as preservam zelosamente para as novas gerações. Entretanto, não há como negar a soberania da língua dominante, um português antropofágico, feito da incorporação de muitas palavras originadas dessas culturas, tão ricas quanto desvalorizadas no “brasileiro” resultante dessa maravilhosa mistura.

No belo tributo “Camões”, o poeta português João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garret nos faz escutar as vozes esquecidas dos desterrados, daqueles que partem sem saber se retornarão. São os infelizes sem Pátria, aqueles que esqueceram a própria língua para se integrarem a uma nova cultura ao adquirir novo idioma. Eles carregarão para sempre a marca dessa perda. O início do poema de Garret pode bem apontar a dor do que passa: “Saudade! Gosto amargo de infelizes, delicioso pungir de acerbo espinho” (ALMEIDA GARRET, 1963).

A questão das línguas amazônicas, e muito especialmente a da “Língua Geral”, levanta discussões interessantes sobre o conceito de língua materna, sobretudo em Psicanálise. Em 1720, a política portuguesa havia optado pela Língua Geral da Amazônia e Língua Geral Paulista, oriundas do Tupinambá, para facilitar o trabalho cotidiano, sobretudo na região da Amazônia, a ponto de o rei de Portugal cobrar, em 1722, que os carmelitas, missionários e franciscanos aprendessem a “língua de trabalho”, coisa que os jesuítas já haviam feito amplamente.

Foi preciso algum tempo, quase século e meio, para que a língua portuguesa fosse adotada, definitivamente, pela maioria dos membros da colônia.

A província amazônica foi a última região do país a ter uma população com o português como língua materna, e isso não ocorreu pela violência, e sim em função da divisão internacional do trabalho na produção da borracha, fazendo com que mais ou menos 500 mil nordestinos – à época considerados “nortistas”), versados no português para ler e escrever –, para lá fossem entre 1872 e 1910 na intenção de encontrar trabalho e o direito a um pequeno pedaço de terra onde pudessem se estabelecer.

A questão da língua materna – importante e mesmo fundamental para a integração da região amazônica ao restante do Estado brasileiro – e o fato de que nem mesmo os portugueses que vinham de Portugal eram realmente versados na escrita, pode ser ilustrada pela experiência do naturalista e explorador inglês Henry Bates.

Ao navegar pelo baixo Amazonas em 1849, cuja embarcação abrigava uma tripulação mista de homens tapuios e portugueses, Bates cita o caso de um jovem de Trás-os-Montes, iletrado, enquanto vários índios ali eram versados na Língua Geral e no português. Este jovem conta que aos 10 anos deixara seu povoado, Póvoa de Varzim, no norte de Portugal, e fora para o Pará, onde ficara por nove anos já tendo o domínio absoluto da Língua Geral. Porém, certo dia encontrou vários livros bem conservados dentro de um cesto. Ele diz: “Ao completar meus 12 anos, envergonhei-me por não saber ler” (BESSA FREIRE, 2004, p. 221). E foi ao tomar conhecimento do poema “Camões“, de Garret, que o jovem português iletrado pôde, tentando decifrar o que ali estava escrito, “pôr fim à sua vergonha”.

Esse jovem, Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), passou a organizar sessões coletivas de leitura para os tapuios, pretos, mulatos e demais iletrados, levando as histórias europeias para aqueles que não teriam acesso a elas, senão por um bom contador o qual, tendo passado pelo iletramento, tornou-se o primeiro escritor português a fazer da Amazônia seu celeiro de instrução e a difundir, a partir da longínqua Alenquer, no baixo Amazonas, toda a riqueza e importância integradora da literatura.

VICISSITUDES DE UMA NOVA ONDA IMIGRATÓRIA

Sob o título de “Por que a guerra?”, encontramos a correspondência entre Freud e Einstein, publicada em 1933 (ESB. Vol XXII) já no período de grande tensão na Europa, poucos anos antes do início da Segunda Grande Guerra Mundial.

Numa das cartas, Einstein pergunta a Freud se seria possível evitar as guerras. Ele se referia ao conflito entre nações, à intolerância religiosa e racial; a ação desenfreada da Pulsão de Morte, sem possibilidade de mediação simbólica.

Einstein havia atestado o fracasso da ciência, da intelectualidade e, finalmente, de um ideal jurídico e supranacional.

Freud lhe respondeu dizendo que a violência sempre esteve presente na relação entre os homens, primeiro pela imposição da força bruta, depois pelas armas e, finalmente, nas leis estabelecidas numa coletividade que impõem ao indivíduo o poder de decidir sobre seu destino. O poder desmedido e o gozo em subjugar sempre prevaleceram sobre a vocação para a paz, pretendida no processo civilizatório.

Yuval Noah Harari, em seu livro *21 Lições para o século 21* (2018), nos diz que “embora a globalização tenha reduzido as diferenças entre culturas por todo o planeta, ela ao mesmo tempo fez com que ficasse muito mais fácil encontrar estranhos e suas esquisitices”. É por vias sublimatórias que muitos imigrantes buscam criar contornos para a violência sofrida. Mas o que fazer quando esse caminho encontra-se bloqueado? Como ultrapassar o horror e a desolação?

No deserto de Mafrak, entre Síria e Jordânia, num acampamento provisório para refugiados, oitenta mil pessoas tentam sobreviver a uma guerra iniciada com a Primavera Árabe, que começou com protestos contra o regime de Bashar al-Assad e assumiu um cunho religioso.

Os interditos mobilizam o desejo de saber. Sendo o sujeito imigrante, o modo e o lugar onde se instala guarda traços que, mesmo lhe sendo estranho, o faz lembrar algo de familiar.

Deixar a terra de origem sempre produz efeitos de desenraizamentos cujos traços retornam nos descendentes, às vezes de modo profundamente enigmático.

Há situações que vêm recobrir o deslocamento voluntário e é nelas que se coloca o drama dos imigrantes, pois esses indivíduos fogem de situações insuportáveis as mais diversas e, muitas vezes, não conseguem falar a razão do que os mobilizou em direção a outros territórios. Sobretudo se a causa foi uma situação de horror, uma guerra, uma incompatibilidade familiar etc. Os imigrantes querem esquecer a dor sofrida.

Esquecer traz consequências, e as marcas silenciadas retornam nas gerações subsequentes, causando inúmeros sintomas.

Pode-se aventar a hipótese de muitos estados melancólicos, psicoses e situações limite, tendo origem direta ou indiretamente nesses deslocamentos forçados, onde se deixa a língua, as tradições, os amigos, enfim, tudo o que demorou décadas e gerações para ser construído.

Se não se pode estar em segurança é preciso partir, pois a sobrevivência impulsiona os sujeitos, mesmo sem saber dos riscos.

A necessidade de garantir um futuro para si e para os seus, leva o homem a enfrentar “mares nunca antes navegados”.

Ao falar a um outro de seu sofrimento, quebra-se o silêncio mortífero, cria-se a possibilidade de algum acolhimento. Endereçar na fala a razão da dor de existir é dar voz ao discurso inconsciente, é criar uma via de separação entre o sujeito e o objeto de sua angústia, mesmo que no retorno do que ficou sem palavras não se consiga encontrar alguma representação para o que se fez calar. Exilado de sua terra, o sujeito só tem seu discurso como memória e a língua como pátria.

[...] a memória, para que possa funcionar bem, tem necessidade de um treino incessante: se as lembranças não forem evocadas, continuamente, em conversas com amigos, elas desaparecem. Os exilados, reunidos em colônias de compatriotas, contam entre si até a exaustão as mesmas histórias, que, desse modo, se tornam inesquecíveis [...] Pois a nostalgia não intensifica a atividade da memória, não estimula as lembranças, ela basta a si mesma, à sua própria emoção, tão totalmente absorvida por seu próprio sofrimento (KUNDERA, 2015, p. 26).

Aquele que abandona a terra de origem leva na bagagem a pergunta “e se eu ficasse?” Em outro país, junto às dificuldades em aprender o novo idioma para se integrar à cultura vigente, surge um sentimento de culpa disfarçado de nostalgia.

Um supereu exigente impõe ao estrangeiro a obrigação de excelência em qualquer escolha, seja no trabalho ou na família. Para que a imigração seja válida é fundamental refazer o nome no país de adoção. Só o sucesso poderá, secretamente, validar a partida e ao mesmo tempo redimir o sujeito do que ele perdeu. Não é esse o ponto de repetição em toda a história imigratória da humanidade?

E o país que recebe esses cidadãos vindos de todas as partes para oferecer sua força de trabalho, sua cultura e principalmente, sua descendência, precisa lembrar que esta é a vocação do humano: imigrar para viver, semear outros campos e colher novos frutos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA GARRET. *Obras de Almeida Garret*. Porto: Lello e Irmãos, v. II, 1963.

BESSA FREIRE. *Ribamar S. J. Rio Babel*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KUNDERA, M. *A ignorância*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

VILLEN, Patrícia. *(In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

H

A

R

A

R

I

,

Y